

Deslocamento, pertencimento e identidade: de Luanda a Lisboa

Displacement, belonging and identity: from Luanda to Lisbon

Cinthia da Silva Belonia*
cinthiabelonia@gmail.com
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Lar e casa são conceitos diferentes, sendo o primeiro referente a pertencimento e o segundo à construção. Partindo desses dois conceitos, este artigo propõe uma análise acerca da identidade do deslocado e as várias formas de entender o espaço habitado, pois “além da relação espaço-temporal, o conceito está inerentemente ligado à construção identitária” (ALMEIDA, 2016, p. 49). Para isso, será analisado o personagem Rui, de *O retorno* (2012), de Dulce Maria Cardoso, e o personagem Aquiles, de *Luanda, Lisboa, Paraíso* (2019), de Djaimilia Pereira de Almeida, buscando compreender como um e outro observam, incorporam e se entendem em Lisboa. Ambos estão deslocados de Luanda: Rui é um retornado e Aquiles, um imigrante. Para essa análise, tem-se como base teórica Vilém Flusser, Julia Kristeva, Frantz Fanon e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Deslocamento; Pertencimento; Identidade; Dulce Maria Cardoso; Djaimilia Pereira de Almeida.

ABSTRACT: Home and housing are different concepts, the first refers to the sense of belonging while the second refers to the mere construction. Based on these two concepts, this article proposes an analysis of the identity of the displaced and the various ways of understanding the inhabited space, since: "far beyond the spatio-temporal relationship, the concept itself is inherently linked to the construction of identity" (ALMEIDA, 2016, p. 49). Therefore, we will analyze the character of Rui, from *The Return* (2012), by Dulce Maria Cardoso, and the character of Aquiles, from *Luanda, Lisboa, Paraíso* (2019), by Djaimilia Pereira de Almeida, seeking to understand how they observe, incorporate and understand each other in Lisbon. Both are displaced from Luanda: Rui is a returnee and Aquiles is an immigrant. For this analysis, I will have as theoretical basis Vilém Flusser, Julia Kristeva, Frantz Fanon and others.

KEYWORDS: Displacement; Belonging; Identity; Dulce Maria Cardoso; Djaimilia Pereira de Almeida.

* Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (2010), mestre em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (2014) e doutora em Literatura Comparada também pela Universidade Federal Fluminense (2019). Durante o mestrado estudou Literatura Hispano-americana, tendo como principais temas: Gabriel García Márquez, real maravilhoso, hibridismo cultural, estudos culturais e pós-coloniais. No doutorado estudou Literatura Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: retornados, memória e testemunho, ficção e história, violência, identidade, estudos culturais e pós-coloniais. Foi professora substituta no Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Vitória, onde atuou na Licenciatura em Letras-Português, Ensino Médio e PROEJA de 2019 a 2021. Integra o grupo de pesquisa ELLiP - Estudos Literários de Língua Portuguesa: Memória, Política e Deslocamentos (UEMG).

Introdução

Este texto parte da análise de dois romances portugueses marcados pelo deslocamento desde o título: *O retorno* (2012), de Dulce Maria Cardoso e *Luanda, Lisboa, Paraíso* (2018), de Djaimilia Pereira de Almeida; sendo ambos divididos em duas partes, correspondendo a dois espaços: Angola e Portugal. As duas narrativas contam a história de deslocamento com personagens, anos e contextos distintos. O romance *O retorno* narra a mudança da família de Rui a partir do momento em que eles estão se preparando para deixar Angola e viver em Portugal. O ano da narrativa é 1975, também ano da independência de Angola, até então colônia portuguesa. Os pais de Rui, como muitos portugueses da mesma geração, foram para as colônias atrás de uma vida melhor que na metrópole durante o salazarismo. No entanto, com a independência, muitos precisam voltar para o país de origem. Entre os anos de 1974 e 1975, saíram de Angola para Portugal cerca de meio milhão de pessoas que, ao chegarem a antiga metrópole, são recebidos como pessoas que, por terem vivido anos em África explorando a população, agora chegavam para explorar os portugueses. Rui, filho mais novo, narra esse retorno a partir do olhar de um adolescente, com o senso crítico possível da idade, um toque de humor, mas também de mágoa e revolta: “A nossa ida para a metrópole é um assunto ainda mais difícil do que a doença da mãe. [...] A doença da mãe e esta guerra que nos faz ir para a metrópole são assuntos parecidos pelo silêncio que causam” (CARDOSO, 2012, p. 9).

Já o segundo romance nos apresenta a viagem de Cartola e Aquiles (pai e filho) de Luanda para Lisboa em busca de tratamento para o calcanhar defeituoso do menino. É ainda no avião que Aquiles entende que não se tratava da tão esperada viagem apenas, mas de uma imigração sem planejamento algum que refletiria na forma de estar e se fixar em outro país para os dois. Ainda durante o voo, Aquiles percebe que apesar de muito novo e coxo, seria ele a bengala do pai:

Sobrevoando o Deserto do Saara quando, de cabeça caída sobre o peito, o pai lhe pareceu um velho pela primeira vez, o que apenas acentuava o fato de ter o calcanhar doente. Que faria ele com aquele homem, se nem conseguia andar direito, nem tão-pouco conhecia Lisboa senão pelas histórias contadas pelo pai [...]. (ALMEIDA, 2019, p. 26)

O que aproxima as duas narrativas para esta análise é o deslocamento de Luanda para Lisboa, mesmo com a diferença de uma década, e a forma como os dois meninos compreendem o novo espaço que passam a habitar – sendo Rui um menino branco, retornado da ponte aérea de 1975, vivendo num hotel de cinco estrelas com a ajuda do IARN¹ e Aquiles, um menino negro, angolano e que não volta para casa após uma viagem para Lisboa por motivos de saúde. É a partir dos conceitos de habitação e pertencimento que pensaremos as formas de ser estrangeiro vivenciadas pelos dois .

Vilém Flusser, no texto “Habitar a casa na apatridade (Pátria e mistério – Habitação e hábito)”, ao ressignificar a condição de apátrida, explica que a pátria não se trata de um valor eterno, mas de uma função, de uma técnica específica. Mesmo assim, quem perde a pátria não está livre de sofrer, ficando

[...] conectado através de inúmeros fios à sua pátria, sendo que quase todos permanecem ocultos, velados à consciência desperta. Quando os fios se rompem ou são rompidos, isso é então vivenciado no íntimo como uma dolorosa intervenção cirúrgica. (FLUSSER, 2007, p. 223)

Mesmo que não fiquemos em nossa pátria – ou o que entendemos como sendo a nossa – até a morte, toda partida será de alguma forma dolorosa, mesmo que não seja pela expulsão de um território, pela fuga de guerras, pela busca de novas/melhores oportunidades de vida e de trabalho. Escolhendo ou não a saída do país, o território deixado para trás será lembrado com saudade. Trazendo a reflexão de Flusser para nossa leitura dos romances aqui analisados, podemos pensar que Rui e Aquiles somente poderão se sentir de fato livres no novo território quando reconhecerem que os fios amputados estavam agora ligados a eles, não mais à pátria. Apesar dos dois não serem apátridas de fato, ambos perdem a conexão com os fios que os ligavam ao território de origem.

1 O Retorno: o retornado branco

¹ Organismo criado em Portugal após a Revolução de 25 de Abril de 1974 para ajudar as pessoas que regressavam ou fugiam das antigas colônias portuguesas. O IARN é desfeito em 1981.

Durante seus anos em Angola, Rui imagina Portugal de forma idealizada, tal qual estava nos livros da escola, nas fotografias e memórias da família. Essa idealização faz parte de uma projeção criada por Rui por se sentir superior aos angolanos, imaginar a metrópole melhor que a colônia o tornava melhor também. No entanto, seu amigo Gegé já o havia alertado para a falta de cinema ao ar livre e, seu pai, para a fome e os piolhos, denunciando, dessa forma, que Portugal não era perfeito. O pai, inclusive, já não nutria saudades, dizendo que um homem pertence a terra que lhe dá de comer. A adaptação ao país africano era sua forma de pertencer àquele lugar.

Devido à insistência do pai em permanecer em Angola após o 25 de Abril, na esperança de dias melhores para o colono, a partida de Rui para Portugal é feita às pressas. Diferente de Aquiles que teve a partida sonhada e planejada por Cartola, o retorno para a família de Rui não era um plano:

Nem os tiros conseguem desfazer o silêncio da nossa partida, amanhã já não estamos aqui. Ainda que gostemos de nos enganar dizendo que voltamos em breve, sabemos que nunca mais estaremos aqui. Angola acabou. A nossa Angola acabou. (CARDOSO, 2012, p. 14)

O que acabava e Rui lamentava seu fim era a vida de privilégios que tinha com sua família no país africano.

O romance de Dulce Maria Cardoso é dividido em duas partes: na primeira, tem-se a narrativa do último dia em Angola e, na segunda, o primeiro ano em Portugal. Na página divisória dessas duas fases é descrita a impressão de Rui para aquele território tantas vezes imaginado e idealizado: “Então a metrópole afinal é isso” (CARDOSO, 2012, p. 65). A percepção do real por Rui vem acompanhada pelo sentimento de choque e desilusão. Entrar na metrópole acarretava uma sensação esquisita, para Rui era como pisar no mapa que ficava pendurado na sala de aula. Ou seja, era como pisar em um lugar que sempre estudou e ouviu falar, mas não conhecia. A chegada de Rui se assemelha com a de Aquiles quanto ao desconhecido. Ambos não sabiam o que fazer no novo lugar, ambos não tinham um planejamento de como seria após a chegada.

Ao chegar a Portugal, Rui foi para um hotel como muitos retornados sem família que pudesse abrigar em suas casas. Os colonos que foram para a metrópole sem dinheiro e sem parentes que os acolhessem não tinham para onde ir, sendo muitos alojados em hotéis com ajuda do IARN. Ficar em um hotel, para Rui e sua família, era

mais uma forma de não se sentirem em casa. Eles foram desterrados do lugar onde nasceram e viveram para chegar a outro país que também não reconhecem como seu, além de serem lembrados a todo momento de que eram retornados e considerados portugueses de segunda categoria². Para Rui o título de retornados era bastante complexo, visto que nunca havia estado em Portugal.

A pesquisadora Elsa Peralta explica que muitos dos retornados, sobretudo os que vieram da ponte aérea, chegaram à Portugal destituídos, fugidos de uma guerra e da violência que se instaurou nos territórios coloniais, com a roupa do corpo e deixando para trás todos os bens materiais adquiridos na África. O dinheiro que possuíam era considerado em Portugal como “dinheiro macaco”, dinheiro que nada valia na metrópole, como observamos no seguinte trecho do romance de Dulce Maria Cardoso:

Quando estávamos no aeroporto a mãe quis comprar uma gasosa com o dinheiro de lá mas a vendedora disse-lhe, não aceitamos esse dinheiro. Não percebo. São escudos na mesma, Angola ainda é Portugal, a independência só é em novembro. A vendedora disse que o dinheiro de lá nunca serviu cá. (CARDOSO, 2012, p. 77-78)

Peralta acrescenta que, na chegada, esses retornados recebiam um subsídio de acolhimento único e eram encaminhados para a casa de familiares. Aqueles que não o possuíam eram encaminhados para hotéis, pensões, cadeias, parques de campismo ou qualquer outra instalação que servisse de alojamento para abrigar os “[...] milhares que todos os dias chegavam, numa gigantesca operação de salvação e socorro providenciada pelo Estado e pela sociedade portuguesa” (PERALTA, 2019, p. 319). Rui conta que tudo o que tinham eram as malas que trouxeram, além dos vinte contos trocados pelo pai: “Só podíamos trazer cinco contos por pessoa” (CARDOSO, 2012, p. 78). Além da alcunha pejorativa, do pouco dinheiro que nada valia em Portugal, Rui sente por ser um retornados de hotel: “Ser retornados de hotel também é mau porque quer dizer que não há sequer um familiar que goste de nós o suficiente para nos querer em casa” (CARDOSO, 2012, p. 124).

Elsa Peralta elucida ainda que a alcunha de “retornados” que esses migrantes recebem resulta da criação, pelo Estado português, em 1975, do Instituto de Apoio ao

² Por conta da criação do IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais), os portugueses deslocados das ex-colônias portuguesas em África passaram a ser chamados de “retornados” de forma pejorativa.

Retorno de Nacionais (IARN) – organismo instituído para dar apoio à chegada e à integração dessa população. Rapidamente, no entanto, o nome é banalizado pelo senso-comum tornando-se pejorativo na forma de se referir àquele que migrava das ex-colônias. Nesse sentido, os “retornados” foram recebidos com hostilidade e ressentimento pelos portugueses:

Os próprios sentidos normativo e coloquial do nome de “retornado” comportam consigo um julgamento moral e ideológico. Nomear estas pessoas como retornados é considerar que regressam à sua terra natal como ex-colonos num território que ocupavam e exploravam, enquanto beneficiários do salazarismo e do sistema colonial. (PERALTA, 2019, p. 320)

Em Angola, vivia-se entre um “nós”, portugueses brancos, e o “outro”, que será transmutado na segunda parte do texto de Cardoso para os de “cá” e os de “lá”. A distinção na colônia entre colonos e os nativos se perde, para Rui, quando chega na antiga metrópole e se confronta com um novo “eu” e um novo “outro”. A partir daí, Rui muda a forma de se referir aos demais, pois se encontra em Portugal sem ver o português como um semelhante, porém também não se enxerga como angolano. Assim, Rui passa a se referir aos outros como os de “cá” e os de “lá”: “[...] temos de nos manter unidos, os de cá ainda gostam menos de nós do que os pretos de lá” (CARDOSO, 2012, p. 219). Ao se referir aos portugueses como “os de cá”, Rui se coloca à parte deles, ocupando um lugar à margem de uma identidade que, até pouco tempo, também era a sua. Ao se colocar à parte, Rui se diferencia dos demais se colocando como superior. Essas posições antagônicas nos personagens do romance de Cardoso (portugueses e angolanos) perpetuam ao longo do texto entre grupos que vão se olhar com recíproca desconfiança.

A escola também era um espaço de exercício das posições antagônicas, agora entre não retornados e retornados. O preconceito que Rui, e demais colegas na mesma situação, sofre da professora nos é descrito por ele com raiva e deboche:

A puta da professora, um dos retornados que responda, como se não tivéssemos nome, como se já não bastasse ter-nos arrumado uma fila só para retornados. [...] Custa assim tanto decorar meu nome, se me chamasse Kijibanganga ainda tinha desculpas, mas Rui, porra, é um nome fácil e mesmo que me chamasse Kijibanganga a puta tinha obrigação de decorar. (CARDOSO, 2012, p. 139-141)

Apesar do preconceito que sofre nos espaços coletivos de Portugal por ser um retornado, Rui guarda a delicadeza para o espaço privado, mesmo parecendo ser distante da família. Assim como o pai, que dizia que um homem pertence ao lugar que o dá de comer, Rui já entende o hotel como lar: “Um quarto pode ser uma casa e este quarto e esta varanda de onde se vê o mar é a nossa casa. A mãe e a minha irmã não pensam assim e por isso se estamos na rua nunca dizem, vamos para casa. Dizem sempre, vamos para o hotel” (CARDOSO, 2012, p. 163). A diferença entre casa – a construção que provê não só moradia, como também abrigo – e lar – correspondente de bem-estar, estabilidade, segurança e aconchego – pode possuir um mesmo significado semântico, no entanto, a imagem semântica é construída individualmente. O hotel habitado pelos retornados não é visto como um lar, pois para sê-lo é preciso que esse espaço esteja carregado de afeto e cuidado pelos que moram nele. Um espaço feito para a hospedagem (movimento, trânsito) e não para a habitação não poderia ter afeto despejado sobre ele.

Apesar de Rui reservar o afeto ao espaço privado e entender o hotel como um lar, por quase um ano ele vive da nostalgia da antiga metrópole. Já seu pai, pelo contrário, ao chegar a Portugal, rapidamente se propõe a adaptar-se ao novo lugar: “Numa manhã, dois ou três dias logo depois de ter chegado, o pai estava sentado na varanda a fumar um cigarro, olhou para o mar e jurou, nunca mais ninguém me expulsa de lado nenhum, esta vai ter de ser a minha terra” (CARDOSO, 2012, p. 243).

A filósofa Julia Kristeva (1994) observa que, talvez, a face inconfessável da nostalgia seja a indiferença pela qual passa o estrangeiro. Aquele que chora o país perdido, na verdade, não se consola da perda de um tempo vivido. Rui, por exemplo, entende que não pode voltar – “Angola acabou” – seu sofrimento não é pelo desterro, mas pela perda de um local onde se sabia superior e privilegiado. É por conta de não querer perder esse sentimento de superioridade que ele se isola dos demais, enquanto retornado, referindo-se aos outros como “os de cá” e “os de lá”.

Rui percebe que para pertencer à terra era preciso entender e conhecer o seu interior: “[...] enquanto não lhe conhecermos o coração esta terra não guardará as nossas marcas nem reconhecerá os nossos passos” (CARDOSO, 2012, p. 151). No entanto, questionamos até que ponto o personagem teria se proposto a conhecer Angola e que marcas são essas que ele teria adquirido em sua antiga terra. Ao ver-se saindo da transitoriedade do hotel para morar em uma casa, Rui sente medo da possibilidade do pertencimento:

Amanhã já não estou aqui. Parece impossível. Parece impossível que o dia de deixar o hotel tenha chegado e que eu tenha medo de sermos outra vez uma família com uma casa. Tenho medo de deixarmos de ser uma família de retornados no hotel e passarmos a ser uma família de retornados entre as famílias de cá. (CARDOSO, 2012, p. 267)

Rui sente que, se passa a pertencer aos “de cá”, perde a sua essência de uma pessoa em trânsito, há um receio de pertencer e se fixar. Ao fim da narrativa, o jovem demonstra sua necessidade de deixar marcado por onde passou: “Noutro tempo ter-lhe-ia escrito, talvez ainda escreva, em letras bem grandes a todo o comprimento do terraço para que não possa deixar de ver-me, eu estive aqui” (CARDOSO, 2012, p. 267). É como se registrando sua passagem pelo hotel *no* hotel, essa vivência não fosse apagada, e sua identidade como uma pessoa à parte “dos de cá” pudesse ser mantida.

Para poder se fixar e se sentir pertencente a um país, segundo Flusser, é preciso possuir a chave para entrar, ou seja, conhecer seus códigos secretos. É por não conhecer tais códigos que o estrangeiro tem dificuldade para pertencer. Esses, por sua vez, não foram tecidos a partir de regras conscientes, mas de hábitos inconscientes, sendo o hábito caracterizado pelo fato de não se ter consciência dele. Para poder imigrar, deve-se, antes de tudo, aprender de forma consciente esses códigos e depois esquecê-los. Ao torná-lo consciente, suas regras deixam de ser sagradas passando a ser banais. Entender os códigos que Flusser aborda é como entender o coração do país mencionado por Rui.

2 Luanda, Lisboa, Paraíso: o imigrante negro

Em *Luanda, Lisboa, Paraíso*, percebemos que, para o angolano Aquiles, Lisboa também era imaginação/idealização, mas isso foi facilmente desfeito antes mesmo de conhecer a cidade:

Oitenta e quatro, ano de que não se guardou na memória, foi aquele em que Aquiles gastou cinco sebatas de papel-manteiga a desenhar e redesenhar Lisboa. [...] Os rascunhos, amarrotou-os e atirou-os para dentro de um jerricã esquecido na varanda da cozinha, que um dia a irmã encheu de água fazendo-os assomar como barquinhos naufragados. (ALMEIDA, 2019, p. 17)

O romance de Djaimilia Pereira de Almeida relata a inadaptação da vida de pai e filho em uma cidade que olha para os dois com desconfiança e distância, não permitindo que eles decifrem seus códigos secretos para, após compreender o hábito, fazer parte dele.

O sentimento de Cartola e Aquiles era de que tinham chegado a Lisboa tarde demais, agora não sendo mais possível domesticar a cidade. Dessa forma, como poderiam deixar suas marcas por Lisboa? Como poderiam desvendar seus códigos secretos? Não tendo a chave, como pertencer ao novo território? A principal ilusão de ambos, principalmente Cartola, era de que podiam começar do princípio. A viagem para Lisboa simbolizava um recomeço para pai e filho, mais para o pai que para o filho. Cartola tinha vontade de vomitar Luanda, no entanto, a primeira vida que teve ainda estava muito presente para ignorá-la.

É ainda enquanto está no hospital, logo nos primeiros dias em Lisboa, que Aquiles deixa de se sentir angolano: “Esse olhar de quem vê o mundo da cama, contrariado, a morder-se de raiva porque ninguém o ouve, ninguém acode, foi a sua nacionalidade assim que pisou Lisboa. Não era livre. Era doente. O calcanhar defeituoso era o seu passaporte” (ALMEIDA, 2019, p. 47). Se sentir sozinho era sentir-se longe de casa, dos seus, do seu país. Entender, ainda no avião, que foi para Portugal somente com passagem de ida e se ver sozinho no país foram motivos para que ele deixasse de sentir sua nacionalidade; precisaria, então, adaptar-se à nova realidade. Logo, ele entende que o calcanhar defeituoso é o seu passaporte de entrada e a morte é seu documento de residência, pois o documento que seu pai tanto desejara nunca vem.

O encanto pela cidade é perdido por pai e filho quando se dão conta de que ninguém os aguardava por lá e que não tinham o que esperar do futuro. É justo quando acabam suas economias que percebem como a falta de dinheiro influencia na possibilidade de ter esperança.

A falta de ajuda e de acolhimento é o que diferencia o imigrante do retornado, como pudemos perceber nos diferentes contextos apresentados pelos dois romances aqui analisados. Com o tempo, pai e filho vão se habituando a comportamentos que não possuíam antes, como fingir que não tinham fome. Uma realidade miserável tomava conta dos dois após seis meses em Lisboa: “Tinham percebido que Lisboa era uma escadaria que não ia dar a parte alguma” (ALMEIDA, 2019, p. 61). Mesmo sendo um sonhador, Aquiles entende cedo que, com a falta de dinheiro, não poderia

ser quem quisesse. Quando se deu conta, já era um homem feito e precisava cuidar do pai: “Sua adolescência foi uma brisa que percorreu Lisboa ao fim da tarde e agitou apenas uma folha” (ALMEIDA, 2019, p. 65).

Pai e filho permanecem em Lisboa, mesmo vivendo uma vida miserável de imigrante sem autorização para ficar, porque Luanda, para Cartola, era como morrer de livre vontade. Voltar à casa, à esposa e aos cuidados que tinha com ela, era pior que encarar o medo e a falta de condições no novo país. Já Aquiles, que não nutria a mesma desesperança do pai com a própria terra, resolve ficar porque entende que precisa cuidar dele:

O que os mantinha unidos era o que não tinham chegado a aprender a dizer, aquilo que desconheciam acerca um do outro. Não fora por descuido que não tinham desfeito as malas. Fora esperança. Sabiam não ter ainda chegado ao destino. Da noite para o dia, Justina forçava-os a um desembarque, sem se aperceber que sete anos depois a bagagem deles ainda não tinha chegado a Lisboa. (ALMEIDA, 2019, p. 108)

Assim como Rui tinha medo de pertencer a Lisboa e, com ele perder a identidade de uma pessoa em trânsito, Cartola e Aquiles sentiam que ainda não haviam chegado ao destino. Para eles a Quinta do Paraíso era um lugar de passagem, não de chegada. Maria Bernadette V. Porto (2016) explica que habitar remete à elaboração de paisagens afetivas da memória daquilo que nos marca profundamente. Assim, habitamos, durante a nossa existência, lugares que também nos habitam com seus cheiros e gostos, até mesmo quando não estamos mais nesses lugares. Deixamos marcas da nossa história e pegadas simbólicas pelas moradas físicas que passamos ao longo da vida. Segundo Heidegger (apud PORTO, 2016, p. 172), só quando habitamos é que podemos construir, sendo assim, é importante “[...] saber habitar, mostrar-se disponível para essa prática espacial que atravessa, desde seus primórdios, a história da humanidade”. Como nem todas as construções podem ser vistas como habitações, habitar não pode ser reduzido a ocupar um espaço; para isso, presume-se a permanência e elaboração de narrativas de vida. Aquiles e Cartola já tinham uma casa, no entanto, não faziam dela um lar, pois não queriam pertencer ao bairro, mantendo internamente o desejo de um destino melhor. Todavia, “[...] ninguém vai ao Paraíso de visita” (ALMEIDA, 2019, p. 122).

Flusser esclarece que costumamos pensar a pátria como um ponto de referência permanente, enquanto a habitação é entendida como mutável, **estando sempre apto a ser migrado**. Contudo, o oposto disso também é correto, pois é possível a mudança de pátria e até mesmo não tê-la, mas sempre é preciso morar, mesmo que essa moradia não seja exatamente um lar:

Os mendigos parisienses moram sob pontes, os ciganos, em caravanas, os agricultores brasileiros, em cabanas, e por mais horrível que isso possa soar, morou-se também em Auschwitz. Pois sem moradia literalmente morre-se. Esse morrer pode ser formulado por diversos modos, mas o formulemos de modo menos emocional possível: sem habitação, sem proteção para o habitual e costumaz, tudo o que chega até nós é ruído, nada é informação, e em um mundo sem informações, no caos, não se pode nem sentir, nem pensar, nem agir. (FLUSSER, 2007, p. 232)

Aquiles, que mantinha a cara de menino mesmo crescido, caminhava pelo bairro que residia como quem tem a certeza de que está ali de passagem. Não criticava o pai pela mudança de país, pois entendia que Cartola sonhara com uma Lisboa que apenas existia em sonhos, apesar de crer que se pai desonrou o passado. Passou a vê-lo apenas como um companheiro de quarto e, após sete anos de Lisboa, Aquiles deu o pai como causa perdida, lidando com ele como quem despacha um imigrante desconsiderando que também era um. O que ligava pai e filho era a fome, era apenas por ter a barriga colada às costas que o filho se sentia próximo ao pai.

Era somente nos passeios noturnos que Aquiles se sentia livre, foi assim que entendeu a cidade e Lisboa finalmente se fez Lisboa para ele: “Ele pode tudo, quer tudo, consegue tudo. É o homem que se encontrou sozinho em Lisboa” (ALMEIDA, 2019, p. 144). Ao percorrer caminhos ocupados por outras pessoas e perceber que estas trocavam de calçada quando o viam e que evitavam olhar em seus olhos, Aquiles se sentia um homem, porém “[...] logo afrouxa à medida que as ruas esvaziam como o mesmo cão sem esperança de que alguém o leve para casa, vai de gigante a formiga no tempo que leva descer uma travessa” (ALMEIDA, 2019, p. 144). Era por ser da cor da cidade que Aquiles perdia o medo em suas caminhadas noturnas, porque era somente nesse momento que ele se sentia invisível.

Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas*, relata que quando chegou à França tinha a alma cheia de desejo de estar na origem do mundo, no entanto, descobre-se um objeto em meio a tantos outros objetos. Além disso, expõe como

existia em triplo, pois nos lugares que frequentava, deixavam-lhe sempre três lugares. Por fim, já incapaz de estar em espaço aberto com um branco, ele se distanciava para longe do seu “estar-aqui”, constituindo-se como objeto. Fanon explica que, mesmo querendo ser apenas um homem entre outros homens, sua não integração era visível e violenta. A um originário de uma antiga colônia, não é permitido o trânsito de modo imperceptível em uma antiga metrópole, pois um corpo negro vai ser sempre lembrado da sua cor, pelos olhares ou, até mesmo, pelas palavras de alguém: “[...] onde quer que vá, o preto permanece um preto” (FANON, 2008, p. 149). Essa colonialidade perpassa o romance de Almeida em vários momentos na figura de Aquiles, seja quando faz um lanche com a família na Praça de Espanha e é visto pelos que passam de carro como uma família de chipanzés, ou quando não é reconhecido pelo dr. Barbosa da Cunha.

A voz narrativa do romance de Djaimilia Pereira de Almeida demonstra compaixão pelos seus personagens e em seus questionamentos se assemelha a quem cuida a distância: “Meu bom Aquiles, quão longe estás tu de casa? [...] Não há pressa nem de ter casa nem de ter pai nem de ter mãe. A noite salva-o de estar sujo por dentro. Aquiles tem a cor da noite e não carrega aos ombros o fardo de ser quem é” (ALMEIDA, 2019, p. 144-145). De qual casa estaria Aquiles tão longe, Luanda ou Paraíso? Seria a casa a construção que cobre o homem ou um espaço como centro de condensação de intimidade? Ao retornar de mais um passeio noturno, já pela manhã, Aquiles encontra sua casa, a que habita com o pai, completamente destruída pelo fogo. Há no lugar apenas um buraco escuro e molhado, não sobra nada da habitação que já era vista por ele como temporária. Com a perda de tudo, inclusive da certidão de nascimento e outros documentos, é como se eles renascessem da destruição da casa quase inabitável.

Diferente de Rui, Aquiles é clandestino e, como clandestinos, Aquiles e o pai estavam protegidos pela bruma que era sua existência sem documentos. A identidade de Aquiles era ser mais um desconhecido no meio da multidão. Entre outros homens, sentia-se menos à deriva e procurava em outros angolanos uma espécie de espelho, “[...] como se adivinhar quem eram os angolanos o fizesse sentir que tinha futuro” (ALMEIDA, 2019, p. 155).

Sheila Jacob, em artigo sobre o romance *Luanda, Lisboa, Paraíso*, escreve que era preciso destruir para reconstruir, sinalizando que a vida de pai e filho era feita de uma constante readaptação aos espaços por onde passavam. É com a ajuda dos

amigos que pai e filho têm a casa reconstruída depois do incêndio e somente após essa transição a casa passa a ser habitável, recebendo a placa na entrada “*A nossa casinha*”. A verdade é que a reconstrução da casa era a única coisa que deixava o Paraíso suportável. O sair da pensão e alugar uma casa na Quinta do Paraíso era deixar de ser viajante para ser um imigrante. A destruição completa da casa em que moravam era como uma perda de qualquer ligação com a vida que pai e filho tiveram antes disso e a queima dos documentos simbolizava esse fim para poder recomeçar. O fogo destruidor era a oportunidade de renascimento dos dois angolanos. Julia Kristeva esclarece que o estrangeiro sabe que não pertence mais ao lugar de origem, da mesma forma como não está fixo no local atual. Após a construção da casa, mesmo com a placa de um lar feliz na entrada, Aquiles permanece se sentindo deslocado do Paraíso.

3 Diferentes formas de ser estrangeiro

Apesar de terem um teto, Cartola e Aquiles são imigrantes clandestinos e sem acolhimento (apenas o de Pepe enquanto durou), a habitação dos dois é o que Flusser entende como sem proteção habitual (compreendidos pela falta de comida, de limpeza, de organização e de cuidado). O não sentir, não pensar e não agir dos dois é um reflexo do não-lugar em que habitam. Embora o hotel em que Rui está também seja um lugar de transição e, por isso, podendo compreender o termo construído por Marc Augé, o fato de ser ele um cidadão português e de receber ajuda do IARN, já o coloca em um contexto diferente do de Aquiles que, mesmo não estando em um espaço de passagem, é dessa forma que ele se vê em Paraíso. Espaços como o que Aquiles entende a Quinta do Paraíso funcionam como espaços que “criam solidão”, deixando neles quem está sem identidade, não sendo possível ter relações humanas nesses não-lugares (BOURGUIGNON, 2016).

Mesmo os portugueses se assumindo como dispersos no mundo, em momentos de crise, sua identidade é posta em causa. Rui, enquanto voz narrativa, apresenta a visão de um país encontrado à chegada pela geração de crianças e adolescentes nascidos e criados em África, que nunca estiveram em Portugal, conhecendo o país apenas pela memória da família e pelo que lhe era ensinado na escola. A identidade só se torna uma questão quando está em crise. Ou seja, aquilo que se entendia como fixo, coerente e estável, encontra-se deslocado a partir da experiência da dúvida e da

incerteza (MERCER *apud* HALL, 2011). Segundo Hall, o sujeito pós-moderno é aquele conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, tornando essa identidade uma “celebração móvel”: “[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2011, p. 13). Hall explica que dentro de nós há identidades contraditórias que empurram para diferentes direções e, dessa forma, as nossas identificações são continuamente deslocadas. Rui é um dos portugueses de Angola que, com ajuda da família e da escola, constrói uma identidade unificada desde seu nascimento. No entanto, ele já é uma pessoa “traduzida” desde Angola, pois convive com duas identidades culturais e como convive com essas duas identidades desde o nascimento, Rui não se dá conta disso, percebe somente quando chega a Portugal e constata que a metrópole não corresponde a esse imaginário do que é ser português.

O imigrante e o retornado são pessoas do deslocamento. Esse deslocamento desarticula as identidades estáveis do passado abrindo novas possibilidades de articulações, ou seja, a criação de novas identidades. Para Hall, é importante que não vejamos a identidade como uma coisa acabada, mas como um processo em andamento. Hall usa a palavra *identificação*, e, segundo ele, a identidade surge na falta de inteireza, que é preenchida a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.

A experiência fora do próprio país (ou do país que acredita ser o seu em um contexto histórico e cultural) sempre deixa marcas significativas. No caso dos retornados, mesmo sendo, de alguma forma, obrigados a saírem da África e tendo certa dificuldade na integração no contexto social português, seus hábitos adquiridos nas ex-colônias não foram de todo perdidos. Sua cultura passa a ser formada por valores e hábitos de diferentes territórios. O retornado é inquestionavelmente marcado pela experiência africana e pelo seu retorno a Portugal. Por isso, sua identidade é construída baseada na similaridade e na diferença, é pluricultural. O retornado possui uma complexidade de elementos europeus e africanos coexistindo em seu modo de vida, dando-o uma identidade de caráter coletivo e individual. Stuart Hall, por exemplo, escreve que não nascemos com a nossa identidade nacional, elas são formadas e transformadas no interior da representação. Lembrando que, uma nação não é apenas uma entidade política, mas também um sistema de representação cultural, algo que produz sentido. Hall descreve essa formação de identidade como “tradução”.

Assim como Rui já era “traduzido” desde Angola por não se considerar um angolano, mas português, podemos dizer que Aquiles (e também o pai, Cartola) também já se sentia um estrangeiro dentro do próprio país, pois ambos estavam totalmente alheados da política local, não compartilhando da euforia e do entusiasmo que seus compatriotas transmitiam com a independência:

Os primeiros cinco anos de vida da criança apanharam a família no cruzamento entre a crescente paralisia da mãe Glória e a iminência da Independência. Cartola passou essa meia década à cabeceira da mulher, que piorava. Evitava a política como se evitasse um vagabundo na rua. (ALMEIDA, 2019, p. 12)

Silvio Renato Jorge observa que, ao chegarem às colônias, os portugueses já iniciaram um “viver fronteiriço”, pois, mesmo optando por viver na nova pátria, eles ainda convivem com a permanência de laços que os ligam à sua origem, “[...] assumindo o intervalo como espaço de existência” (JORGE, 2009, p.41). Ao chegar a Portugal essa forma de viver não muda. No entanto, agora os laços são os que os ligam ao país que eles viveram por anos. Assim é o emigrante: convive com uma mistura ambígua de sentimentos acerca da sua origem, deposita suas esperanças em algum lugar e aponta para o quanto de fragmentário pode existir em todo processo de identificação. Segundo Jorge, o retornado é visto como um tipo de estrangeiro, pois ao chegar a Portugal vai se descobrir estranho em suas próprias raízes, passando a ocupar duplamente a margem, pois será visto como um estrangeiro em Angola e em Portugal, após a independência, vivendo uma situação pendular.

Migrantes da descolonização é a categoria cientificamente mais precisa para aqueles que comumente são chamados de “retornados” (PERALTA, 2019). A integração dos retornados portugueses “[...] é considerada quer por políticos, quer pela comunicação social, como um caso de integração exemplar e completa assimilação, com sucesso que muitos consideram mesmo miraculosos” (PERALTA, 2019, p. 324). Segundo Lubkemann (*apud* PERALTA, 2019), o fator raça foi fundamental para essa integração, pois o fato de muitos retornados não contrastarem com os demais portugueses pela cor da pele, teve influência determinante. O antropólogo estima que de 25 mil a 35 mil retornados tinham ascendência africana. Ser branco é um fator que facilitou a diluição desses retornados na sociedade de acolhimento. Aqueles que possuíam marcadores mais visíveis – a cor da pele, no caso

– essa diluição foi mais difícil. Além disso, nos anos 80, com a vinda de imigrantes das ex-colônias, os retornados negros acabam sendo vistos como uma população potencialmente de imigrantes. Isso dificultou a sua integração e assimilação cultural dentro da sociedade portuguesa. Os retornados brancos também não eram um grupo muito unificado, possuindo em seu seio diferenças sociais consideráveis. Peralta explica que Hoefgen divide os retornados em “retornados independentes” e “retornados do IARN”. A partir disso, Hoefgen define o nível de integração desses dois de acordo com a proximidade de integração com os “não-retornados”, isso em termos de alojamento, rendimento e bem-estar social. A conclusão é de que os “retornados do IARN” possuem níveis de integração mais baixos, correspondendo também a uma baixa situação social antes do retorno. Após essa contextualização feita por Peralta, podemos entender que além da dificuldade de integração de Aquiles que se dá por ser um imigrante negro de uma das ex-colônias, sua forma de perceber a cidade que habita será diferente da de Rui. Assim como muitos imigrantes, o personagem Aquiles, após vivenciar uma experiência de mais 7 anos no exterior, passa por uma espécie de inadequação e desencontro. Esses sentimentos são capazes de estilhaçar a noção sólida de identidade nacional. A não adequação ao novo país e o não reconhecimento de si mesmo na terra natal é o que torna necessário o constante recomeço para o imigrante.

Frantz Fanon nos lembra que “[...] na Europa, o Mal é sempre representado pelo negro” (FANON, 2008, p. 160). Pensa-se no negro ao pensar na figura do carrasco, de Satã, ao falar em trevas... Simbólica ou concretamente, o negro costuma representar o lado ruim da personalidade na Europa. Já Grada Kilomba escreve que a diferença racial coincide com a diferença espacial. A pessoa negra não pode ocupar e não é bem-vinda nos mesmos espaços que uma pessoa branca. A evasão de Aquiles dos estudos, sua permanência na Quinta do Paraíso ou no trabalho durante o dia, guardando os passeios pelas ruas de Lisboa apenas para o horário noturno, demonstra como que, sutilmente, ele se retira dos espaços que entendia como não permitidos para ele. Kilomba explica ainda que:

[...] uma sociedade que vive na *negação*, ou até mesmo na *glorificação* da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e de conhecimento. (KILOMBA, 2020, p. 12)

As estruturas de poder em uma sociedade marcada pela colonização contribuem para a segregação dos espaços e do saber, pois, como já dito por Frantz Fanon, o racismo colonial não é diferente de outros racismos. Enquanto Rui pode viver em um hotel de cinco estrelas, frequentar a escola e, em apenas um ano, já prever uma nova vida, agora integrada aos portugueses “de cá”, Aquiles é levado sutilmente a se retirar dos espaços que ocupa ao longo dos anos de imigração, seja pela falta de dinheiro para se manter na pensão decadente, seja pelo incêndio na casa que ocupava. Mesmo retornando para ela depois de já reconstruída, sua vida é marcada por uma constante adaptação às mudanças.

Conclusão

O romance de Djaimilia Pereira de Almeida e o de Dulce Maria Cardoso mostram como a colonialidade se faz presente mesmo após o fim da colonização. A dificuldade de integração de Aquiles em comparação com a de Rui nos esclarece como o país colonizador permanece segregando os negros, principalmente sendo esses imigrantes das ex-colônias. A cor da pele, que no início da colonização serviu para diferenciar colonizador de colonizado, vai influenciar na forma de estar e permanecer dos imigrantes em Portugal, principalmente após o fim da colonização.

Referências

ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. *Luanda, Lisboa, Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BOURGUIGNON, Paulo Roberto Tonani do. Não lugar. *In: COSER, Stelamaris (Org.). Viagens, deslocamentos, espaços: conceitos críticos*. Vitória: EDUFES, 2016. p. 232-237.

CARDOSO, Dulce Maria. *O retorno*. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2012.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLUSSER, Vilém. Habitar a casa na apatridade. *In: Bodenlos: uma autobiografia filosófica*. Revisão técnica Gustavo Bernardo. São Paulo: Annablume, 2007. p. 221-236.

JACOB, Sheila. De Luanda a Lisboa/Paraíso: uma trajetória de desencontros e recomeços, *Mulemba*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12, n. 22, p. 93-103, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/39816/21650>. Acesso em: 22 jul. 2021.

JORGE, Silvio Renato. *Sobre mulheres e estrangeiros: alguns romances de Olga Gonçalves*. Niterói: EdUFF, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PERALTA, Elsa. A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação, *Análise Social*, LIV (2º), n. 321, p. 310-337, 2019. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n231_a04.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

PORTO, Maria Bernadette Veloso. Habitar, habitabilidade. In: COSER, Stelamaris (Org.). *Viagens, deslocamentos, espaços: conceitos críticos*. Vitória: EDUFES, 2016. p. 170-176.

Recebido em 17/07/2022

Aceito em 27/12/2022

Publicado em 30/12/2022